

LDO da Capital é aprovada com previsão de R\$ 14,16 bi

Texto considera equilíbrio entre receitas e despesas para 2027

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

A Câmara de Porto Alegre aprovou nesta quarta-feira a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município para 2027, com a inclusão de cinco emendas. O texto prevê receitas e despesas equilibradas em R\$ 14,16 bilhões para o próximo ano, um incremento de 3,41% em relação a 2026, quando a lei previa 13,7 bilhões. O déficit primário estimado é de cerca de R\$ 300 milhões.

Entre as receitas de R\$ 14,16 bilhões, estima-se que R\$ 4,76 bilhões sejam oriundos de arrecadação via impostos e taxas e R\$ 4,77 bilhões de transferências de outros entes federativos. O montante de R\$ 533 milhões deve vir em operações de crédito nacionais e internacionais. A LDO 2027 também prevê aumento no limite de créditos suplementares permitidos, de 10% para 15%, com o objetivo do orçamento ter mais flexibilidade no caso de calamidades por eventos climáticos.

A arrecadação de IPTU (Im-



LÍRIO LUIZ/CMOA/DIVULGAÇÃO/JC

Plenário do Legislativo analisou documento nesta quarta-feira

posto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) deverá ter incremento de R\$ 82 milhões (6,97%) ante 2026. O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) tem previsão de R\$ 43 milhões (11,14%) a mais. Já o Imposto Sobre Serviços (ISS) deverá ter um aumento de R\$ 97 milhões (4,65%).

Já as despesas para 2027 estão estimadas também em R\$ 14,16 bilhões, aproximadamente R\$ 550 milhões a mais que no documento

de 2026. Em torno de R\$ 6,24 bilhões são destinados às despesas de pessoal, cerca de R\$ 130 milhões a mais que no ano anterior. Os investimentos estão previstos para R\$ 1,281 bilhão em 2027, uma queda de R\$ 26 milhões em relação a 2026.

A prefeitura está no 12º ano com as contas no azul. Ainda não há a definição de como as contas devem fechar no ano de 2026, mas o equilíbrio da LDO indica manutenção do equilíbrio fiscal.

Vereadores incluem limitações para emendas impositivas

O texto que estabelece as metas e prioridades orçamentárias do município para o próximo ano, foi aprovado com a inclusão de cinco das 17 emendas protocoladas.

Do total de emendas ao projeto do Executivo, 13 alterações foram protocoladas pela oposição, duas por vereadores da base e duas são de autoria do relator e presidente da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul (Cefor), Tiago Albrecht (Novo).

Duas emendas aprovadas propõem aumentar a fiscalização sobre a execução das emendas impositivas. Um dos textos de autoria do vereador Tiago Albrecht, determina que o Executivo envie à Câmara um relatório listando as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que apresentarem pendências.

A outra emenda determina a suspensão do repasse à organizações que descumprirem exigências documentais do Decreto nº 23.567/2025, bem como obriga o gestor da parceria a comunicar imediatamente eventuais indícios de irregularidades ao superior e ao controle interno.

“Frente aos escândalos que tivemos recentemente aqui na casa envolvendo emendas im-

positivas, protocolei a proposta que tenta botar um freio nisso”, destaca o vereador.

O parlamentar se refere à Operação Cinesia que determinou a prisão preventiva do vereador Giovane Byl pelo suposto desvio de mais de R\$ 2 milhões destinadas à saúde para a execução de emendas parlamentares.

Outro texto aprovado, de autoria da vereadora Juliana de Souza (PT), inclui a ação de melhoria do sistema de proteção contra as cheias como uma das prioridades do orçamento do município. A emenda teve parecer favorável de integrantes da oposição e do relator da LDO. “Acho que isso é justo com uma população que já foi negligenciada em 2024 e teve perdas imensas”, pontuou a autora.

Após a votação da LDO 2027 e posterior encaminhamento para sanção do prefeito, Sebastião Melo, o Executivo tem até o dia 15 de outubro para enviar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para a Câmara. Na LOA constam os detalhamentos das estimativas de receitas e despesas para 2027.

O Legislativo da Capital tem até o dia 5 de dezembro para apreciar o texto e até o dia 15 de dezembro para enviar a redação final ao prefeito.

Cidade da Serra gaúcha foi a mais bolsonarista do Brasil no 1º turno



Juliano Tatsch
juliano@jornaldocomercio.com.br

Se dependesse dos gaúchos, Flávio Bolsonaro teria sido eleito presidente da República no domingo, já no primeiro turno das eleições. No Estado, o candidato do PL recebeu 55,64% dos votos válidos, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi escolhido por 35,73% dos eleitores.

Ainda que, em Porto Alegre, Lula tenha vencido, obtendo 48,57% da preferência contra 41,86% de Flávio, uma cidade do Rio Grande do Sul foi a responsável por dar a Bolsonaro o maior percentual de votos entre todos os 5.569 municípios de todo o Brasil no último domingo.

Em Nova Pádua, cidade com 2,3 mil habitantes localizada na Serra gaúcha, Flávio Bolsonaro obteve a vitória com 87,02% dos votos.

Lula, por sua vez, ficou com apenas 7,38% dos votos na cidade.

O município é governado pelo prefeito Itamar Bernardi Kiko, do MDB. Ao todo, 2.018 pessoas votaram em Nova Pádua no domingo. Destas, 1.756 digitaram 22 na urna e escolheram Flávio Bolsonaro para a presidência, enquanto 149 digitaram 13 e votaram em Lula. A abstenção no município foi de 14,61% - 352 moradores não foram à seção eleitoral votar.

A expressiva votação no candidato do PL para a presidência da República se repetiu na disputa ao governo do Estado. Luciano Zucco (PL) venceu na cidade com 84,98% dos votos, enquanto Juliana Brizola (PDT) ficou com 7,99% e Gabriel Souza (MDB) com 6,52%.

Na disputa ao Senado, os moradores de Nova Pádua deram 43,04% para Sanderson (PL) e 42,15% para Marcel Van Hattem. Na sequência, Germano Rigotto (MDB) fez 4,90%, Manuela d'Ávila (Psol) fez 3,66%, Paulo Pimenta (PT), 3,12%, e Frederico Antunes (PSD), 2,93%.

Análise sobre soltura de Bolsonaro será após eleição

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse nesta quarta-feira que não pretende analisar uma eventual soltura do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) antes do segundo turno por considerar que o caso pode interferir nas eleições.

Em nota, o magistrado disse ainda que pretende levar a discussão para o plenário da corte. O comunicado foi divulgado após vir a público que o magistrado pretende julgar uma ação que pede a soltura de Bolsonaro logo após o segundo turno.

Kassio avalia libertar o ex-presidente com uma decisão liminar, mas o cenário mais provável é o de que o caso seja levado ao plenário para uma análise conjunta do colegiado. Nesta quarta, o ministro confirmou sua intenção de levar o caso ao plenário, “que é o órgão competente”.

“E a data desse julgamento, se for a plenário presencial, depende do presidente do Supremo Tribunal Federal”, disse o gabinete do magistrado.



LUIZ ROBERTO/TSE/DIVULGAÇÃO/JC

Kassio avaliou que caso poderia interferir no resultado do segundo turno

Kassio é relator do processo de revisão criminal protocolado pela defesa de Bolsonaro. A ação busca modificar a condenação do líder bolsonarista por envolvimento no plano de golpe.

A ação já teve um parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), que disse que o tema está pronto para ser julgado. O ex-presidente foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão no âmbito da ação

sobre a trama golpista, que tem o ministro como relator.

O ex-presidente participou de um plano para dar um golpe de Estado e impedir que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tomasse posse como presidente da República.

O filho mais velho de Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), disputa a Presidência da República contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).